

Colombo de Almeida, Sr. Presidente, talvez fosse um dos últimos trilhissannos da nossa geração.

Ao vê-lo descer para os esconderijos da morte, que é o maior sarrasmo, fico a lembrar aqueles pebetrantes versos de Plon, sobre Voltaire:

— "Nesse lugar, cuja epiderme, Aos ossos se vai colar, A morte não base, derma, Temendo a foice quebrar."

Em nada quebrará, Sr. Presidente, a morte da personalidade do saudoso Professor Colombo de Almeida. *(Muito bem)*

V — O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Abel Rafael.

O SR. ABEL RAFAEL:

(Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente, peço a fineza de anotar que me está concedendo a palavra com 10 minutos de atraso em relação à hora de início do Grande Expediente. Nos termos do Regulamento Interno, que me confere 40 minutos para usar da palavra, solicito que registre esse fato, para que eu possa terminar a minha fala, a despeito das concessões que farei a colegas, para falar antes de mim.

O SR. PRESIDENTE:

(Aniz Badra) — De acordo com o Regulamento Interno, se V. Ex. conceder a palavra a Deputados, o seu tempo será descontado.

Peço que desconte o tempo a partir de agora.

O SR. ABEL RAFAEL — Peço que desconte o tempo a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE *(Aniz Badra)* — A Mesa o fará, porque de fato a Presidência avançou na hora a fim de atender aos Srs. Deputados inscritos.

V. Ex. como um dos mais antigos Deputados desta Casa, sabe que o tempo deverá ser descontado dos minutos pertencentes ao Sr. Deputado que ceder a palavra.

O SR. ABEL RAFAEL — Muito agradecido a V. Ex.

Concedo parte do meu tempo ao nobre colega Deputado Teófilo Pires. *(Muito bem)*

O SR. TEÓFILO PIRES:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, valho-me da cessão de alguns minutos de um colega de Minas Gerais para focalizar problema de alta relevância, referente à Capital do nosso Estado, a Cidade de Belo Horizonte.

Li no jornal "Última Hora", edição de Minas Gerais, de hoje, em letras garrafais:

"Belo Horizonte ameaçada de ficar sem água. Déficit de 40 milhões de litros por dia". São declarações do Sr. Renato de Macalães Pinto, Diretor do Departamento de Águas e Energia da Prefeitura de Belo Horizonte. Esse Diretor atribui a três fatores a falta de água na Capital mineira: o calor excessivo, a falta de chuva e o incêndio que se verificou nas proximidades dos mananciais.

Ora, Sr. Presidente, os jornais noticiam que se formam filas imensas e que está nas preocupações da Prefeitura Municipal estabelecer o racionamento do precioso líquido às residências belo-horizontinas. Conheço o nobre Deputado Abel Rafael a significação de um racionamento em uma cidade com quase 800 mil almas, como é Belo Horizonte. Sabe S. Ex. que mais de um ex-Presidente prometeu resolver esse problema, e as obras já se encontram em andamento para captação das águas do Rio das Velhas.

Quero, Sr. Presidente, ao abordar este problema de magna importância para Belo Horizonte, fazer um apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que S. Ex. determine a aceleração das providências da captação das águas do Rio das Velhas, uma vez que somente essa captação abundante poderá trazer uma solução para o angustioso problema belo-horizontino.

Muito obrigado a V. Ex., nobre Deputado. *(Muito bem)*

O SR. BENJAMIN FARAH:

(Lê a seguinte comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Volto a tratar dos requisitos exigidos nos 1ºs Sargentos da Marinha para a promoção a Suboficial, em confronto com as exigências feitas aos 1ºs Sargentos do Exército e Aeronáutica, fazendo um apelo ao eminente titular da Marinha, bem assim ao Almirante Araújo Goyano, chefe do seu gabinete.

O regulamento de promoções do Exército, isenta de qualquer concurso ou exame, os 1ºs Sargentos portadores dos cursos: comandante de pelotão ou seção, de aperfeiçoamento ou de motomecanização das Escolas de Aperfeiçoamento das Armas, do Exército, da Aeronáutica, até dezembro de 1961, exigia o exame ou concurso para os 1ºs Sargentos serem promovidos a Suboficial. A 15 de dezembro daquele ano o Brigadeiro Clóvis Travassos, Ministro da época, determinou um exame da situação, em confronto com os 1ºs Sargentos do Exército (dispensados do exame ou concurso), que teve resultado positivo; então foi elaborado o Decreto nº 365, de 15 de dezembro de 1961, isentando os 1ºs Sargentos da Aeronáutica do concurso ou exame complementar, quando possuídores do Curso de Aperfeiçoamento para Sargentos, restabelecendo, assim, a igualdade de tratamento entre praças das forças armadas.

Resta, portanto, ao Ministério da Marinha, seguir o mesmo caminho, benéfico e justo, permitindo as promoções dos 1ºs Sargentos a Suboficial, desde que sejam portadores do citado curso de aperfeiçoamento.

Julgamos que os 1ºs Sargentos da Marinha, possuidores do diploma do Curso de Aperfeiçoamento das Escolas Profissionais da Armada, estão em condições de serem promovidos e exercerem as funções de Suboficial. Este curso, lembro, é requisito principal à promoção a 2º tenente, pelas leis de serviço de guerra.

A Marinha fez uma revisão em seu to para Sargentos), elevando o nível curricular (Escolas de Aperfeiçoamento intelectual e profissional, exigindo matérias do curso ginasial (cursos de "eletrônica" e outros). Há casos de questionários contendo conhecimentos de matemática do 1º ano científico; somente este argumento já os credencia, de forma insofismável, ao exercício das funções de Suboficial.

Com a finalidade de restabelecer a igualdade de tratamento, torna-se necessária uma revisão no regulamento da Marinha, mediante decreto do Poder Executivo.

Fico um vezente após ao digno Almirante Suzano e ao seu chefe de gabinete, Almirante Goyano, no sentido de ser feito um estudo da matéria que tive a oportunidade de encaminhar ao Ministério, com a finalidade de igualar os requisitos (Exército, Marinha e Aeronáutica), ato que fará justiça aos Sargentos da Armada, que estão em posição inferior.

Conheço o atual titular da Marinha e a sua boa vontade para com os praças; sei que tudo fará para isentá-los dessa exigência, já dispensável para o acesso a Suboficial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem)*.

O SR. DASO COIMBRA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, com permissão do orador, quero encaminhar a Mesa requerimento destinado ao Poder Executivo, solicitando as seguintes informações:

REQUERIMENTO Nº

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, sobre a subordinação da SUNAB e do seu pessoal.

Senhor Presidente

Requero na forma regimental, por intermédio da Mesa, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através da Casa Civil da Presidência da República as seguintes informações:

1º A Superintendência Nacional do Abastecimento, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 6, passou ao âmbito da Presidência da República, do Ministério da Indústria e Comércio ou do Ministério da Agricultura?

2º Criada a SUNAB por que ainda estão sendo nomeados presidentes das Comissões Especiais de Abastecimento e Preços, não obstante tais comissões estejam legalmente extintas?

3º Está o Poder Executivo ciente que os servidores das COAPS estão sem receber vencimentos há seis meses?

4º Em caso afirmativo a retenção dos pagamentos está sendo feita para aguardar a publicação do Quadro de Reclassificação dos Funcionários da COFAP?

5º Em caso negativo, quais as providências tomadas pelo Poder Executivo para restabelecer o pagamento dos funcionários das COAPS?

Justificação

Em tópico muito oportuno o "Correio da Manhã" assegura que a SUNAB, podendo dar bom rendimento político, está sendo cobrada por vários ministérios. E assim se externa: "Ragou para ser"

"Ainda mal se constituiu a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), e já se descobriu que a nova autarquia poderá oferecer rendimento político. Partidos se assanharam para abocanhar fatias do bolo, já que não lhes foi dado o bolo inteiro. Enquanto isso, Ministérios manobram para colocar a SUNAB sobre a sua jurisdição. O mais sôfrego parece ser o da Agricultura, que já encaminhou ao Presidente da República minuta de decreto efetivando a desejada subordinação."

Não sabe, todavia, o "Correio da Manhã" que após a criação da SUNAB estão os funcionários, das diversas COAPS sem receber vencimentos, há para seis meses. Aqui é o caso de dizer-se: "Não lhes estão pagando para não lhes morrerem de fome". *(Muito bem)*.

O SR. PEIXOTO DA SILVEIRA:

(Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Louvável foi a iniciativa que atribuiu às Caixas Econômicas a exclusividade da exploração do Serviço da Loteria Federal. Trata-se, aliás, de negócio tão rentoso, tão especulativo, da economia popular, que não deveria ser permitido Deveria ser extinto. É um ponto de vista pessoal.

Mas a não ser extinto, há um meio de atenuar seus danosos efeitos. É entregar-lo a um órgão público, a fim de que o lucro obtido seja revertido ao povo, através da construção de hospitais, escolas, serviços de saúde, rede de escritórios e outras obras de interesse público.

Entretanto, Senhor Presidente, estou informado de que a exploração da Loteria Federal, pelas Caixas Econômicas, vem sendo desvirtuada de suas finalidades previstas. Vem servindo para enriquecer pessoas ligadas a loterias e distribuidoras de algumas Caixas Econômicas Federais, em diversas unidades da Federação.

Para verificar e sugerir meios para coibir tais abusos, estou colheendo dados a fim de fundamentar requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Assim, com esta finalidade, venho requerer a Vossa Excelência, nos termos regimentais, se digne dirigir-se ao Presidente do Conselho da Caixa Econômica Federal, para fornecer as seguintes informações:

1. Qual o lucro bruto e o lucro líquido obtido pelo Serviço da Loteria Federal, desde sua entrega ao Conselho das Caixas Econômicas?
2. Como tem sido empregado esse lucro? a quais entidades?
3. Qual o critério usado para a distribuição e redistribuição de bilhetes? Nomes dos distribuidores e preços dos bilhetes.

Era o que tinha a dizer *(Muito bem)*.

O SR. COSTA LIMA:

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar à Mesa o seguinte projeto de lei:

PROJETO Nº

Torna obrigatório o aviso do pagamento de dotações orçamentárias e de créditos especiais.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º É obrigatório o aviso do pagamento das dotações orçamentárias das verbas 3 e 4, e de créditos especiais, ao Governo do Estado, à Assembléia Legislativa, e à Câmara Municipal onde estiver localizada a pessoa beneficiada pelo pagamento, seja ela de direito público ou privado.

Art. 2º O aviso será dado, diretamente, pela repartição pagadora, através de correspondência epistolar e telegráfica com todos os detalhes do pagamento em referência.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Trata-se de dar maior publicidade e notoriedade à aplicação de recursos federais nos Estados e Municípios, sem como junto a entidades privadas, em convênio ou não, com o poder público federal; inclusive a destinação de créditos especiais destinados a órgãos do Poder Público Federal para a execução de obras específicas.

A publicação que já se faz no Diário Oficial da União dá, apenas perfunctória, notícia a todos c'esse pagamento. Via de regra, ela não chega até o interior do país, ensejando, com o seu desconhecimento, a prática de atos condenáveis de má aplicação desses recursos os quais procuramos coibir com o aviso obrigatório desse projeto.

Era o que tinha a dizer *(Muito bem)*.

O SR. ABEL RAFAEL:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, meu discurso, hoje, será sobre as condições do ensino em Brasília. Envolve um aspecto ideológico e um aspecto pedagógico. É de interesse geral, portanto.

Como anticomunista, naturalmente não quero que meus filhos, nem que os filhos dos meus patriotas se tornem comunistas, através da escola pública. Mas apelaria também para os Senhores Deputados nesta Casa que, ou são comunistas, ou são "cór-de-resa", ou são esquerdistas, ou são simpatizantes do comunismo, para que atendem para a minha exposição. Porque, se eles

não se importam que seus filhos se tornem comunistas, eles se importam que seus filhos continuem analfabetos ou semi-analfabetizados.

Porque não se trata apenas de problema ideológico; já está atingindo a eficiência do ensino. Há um descalabro tremendo nesse setor, em Brasília. Estamos, hoje, a 27-3, as aulas começaram no dia 1º e diversos cursos não funcionam ainda. Não há horário e muitos deles são entregues com a recomendação de que vão ser alterados. Não há material escolar.

Certos grupos nas quadras não dispõem sequer de sabão ou vassouras. As professoras precisam cotizar-se para a compra de material de limpeza. Não há pauta de chamada. Os jardins de infância são insuficientes, e duvido que todos os Senhores Deputados lá encontrem vaga para seus filhos, porque eu, que já aqui me encontro há três anos, não os conseguí ainda para meus filhos. Não há também grupos escolares em quantidade suficiente. Brasília foi feita como um conjunto de pequenas cidades. Cada quatro superquadras constituiriam uma pequena cidade e deveriam ter um supermercado, um ginásio, um grupo, um jardim de infância, um cinema, um clube de vizinhança. Mas nada disso existe. O problema é de ordem administrativa e cai na cabeça do Prefeito, do Presidente da República etc. Mas, no setor de educação, pesa sobre o Secretário de Educação, Doutor Elearzer Rosa. Tenho trazido para esta Casa a questão desde a legislação passada e sempre nos pedem um crédito de confiança, a fim de que tenham tempo de tratar do assunto.

Mes, Senhores Deputados, o problema da educação não pode sofrer diluição. Não podemos ficar à espera de providências de secretários que se sucedem. Porque, quando eles aprendem seu ofício, são postos na rua. Geralmente, não entendem nada de nada. Como o Doutor Elearzer Rosa: não entendia nada de nada. Então, querem defender-se dos ataques nossos à sua deficiência. Daí cercam-se dos piores elementos existentes em suas repartições, daqueles que têm o predomínio político comunista. E, dada essa preocupação do domínio político não há eficiência no ensino. Os métodos pedagógicos são os piores possíveis.

Srs. Deputados — temos aqui muitos professores — onde se ouviu dizer que, na escola moderna, se possa admitir seja uma turma de adolescentes privada do recreio e que se sucedam na classe os professores, apenas porque os diretores detestam barulho? Que é feito daquele regime de higiene mental, que levamos tantos anos a conquistar?

Sr. Presidente, eu gostaria de deter-me na parte relativa aos métodos pedagógicos, porque a escola está voltando aos padrões primitivos. Mas voltarei a tratar disso, quando começar a cuidar da comissão de inquérito que precisamos organizar aqui, a fim de escorraçar de Brasília os maus professores; já não digo contra comunistas, porque jamais me oponho às ideias de um homem com o mesmo nome de um homem com o mesmo nome empregados comunistas e nunca lhes argüi isso. Tive subordinados comunistas em repartições e nunca os persegui. Arguo sim a eficiência, porque quando põem sua função pública a serviço de determinada ideologia, com prejuízo dos demais cidadãos, aí estão falhando. Não quero que ninguém perca o emprego pelo fato de professar esta ou aquela ideologia. Não sou totalitário. Parquanto, atendo à liberdade da pessoa humana. Eles têm sua liberdade de opinião mas não têm a liberdade do povo para envenenar, para apodrecer a alma da criança brasileira como está acontecendo em Brasília, com o patrocínio do secretário

da Educação, Dr. Elearzer Rosa entregou tudo aos comunistas, e mais a elementos semi-comunistas, o que vou analisar daqui a pouco.

O Sr. Floriano Rubim — Estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Exa. e gostaria de nesta oportunidade interromper a linha de continuidade que vem tecendo, para dizer que não sou contra Brasília, nunca fui contra ela. Sempre fui a favor da mudança da capital para o interior. Discuti várias vezes com o então Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek quando desejei fazer uma capital, que é obra de muitos decênios, em apenas três anos e trazer o imenso sacrifício que trouxe à Nação brasileira. O aspecto de descalabro do ensino nesta Capital, focalizado por V. Exa., já era meu conhecimento. Estive ontem com o Secretário da Educação da Prefeitura e soube lá, que o ensino em Brasília fora entregue a uma fundação que falhou totalmente.

O SR. ABEL RAFAEL — Não Excelência. Falei o secretário. Tenho aqui as cartas de renúncia de dois elementos da Fundação. Acabam renunciando aos seus cargos porque não puderam suportar a cesdida, a parcialidade do secretário e as doutrinas comunistas que jogam no ensino, com as quais concorreu o secretário, porque é um homem fraco. Um homem do gabarito moral e intelectual do Sr. Julio Sabaqui, do Ministério da Educação, conhecido em todo o Brasil, não renunciaria a esse Conselho da Fundação Educacional de Brasília se não houvesse razões muito fortes. A Sra. Julimar Nunes Leal, esposa do Dr. Vitor Nunes Leal, homem por demais conhecido, de grande gabarito intelectual e moral, não renunciaria se não tivesse razões ponderáveis. A assembleia comunista dos professores fez tal coisa sobre ela não respeitou sua condição de mulher e a obrigou a sair da assembleia chorando.

O Sr. Floriano Rubim — V. Exa. não acha que o ensino em Brasília, que acaba de ser entregue aos comunistas está de fato falido? V. Exa. não entende que com os comunistas que ali vão levar as suas ideias, implugi-las as crianças e aos professores que se deixam levar por sua liderança esteja falido esse sistema?

O SR. ABEL RAFAEL — A culpa não é da Fundação nem do sistema mas da direção. O autônomo pode ser muito bom, mas entregue a um motorista inabilitado mata as pessoas e pode cair num precipício e espantar-se. É o que se verifica na Fundação Educacional. O Sr. Elearzer Rosa pode ser um bom advogado mas nunca foi pedagogo, nem administrador. Além disso se rodeia do que de pior existe em Brasília. Pode dar certo? Não.

O Sr. Floriano Rubim — Outro fato grave que me chegou ao conhecimento ontem foi a questão dos hospitais em Brasília.

O SR. ABEL RAFAEL — Este é outro aspecto.

O Sr. Floriano Rubim. Estive ontem no Hospital Distrital, que também está entregue a uma Fundação.

O plano hospitalar de Brasília prevê cinco hospitais para atenderem a 250.000 pessoas que constituiriam a população da capital nestes primeiros anos. Existe apenas um hospital inacabado, inteiramente sem material, com médicos totalmente desassistidos. Segundo soube lá e observei pessoalmente, os aparelhos e as salas de operação não possuem o material necessário. Enfim, são 250.000 habitantes, servidos por um hospital que ainda não concluído. É uma fundação também agonizante. Esses fatos todos vêm comprovar a precipitação da transferência da capital para o interior, obra de um cidadão que desejeu ter seu nome nas lápides, nas ruas e ser homenageado com estátuas, para satisfazer uma cidade e sacrificar a Nação inteira.

O Sr. ABEL RAFAEL — Discordo de V. Exa., e não quero mudar o tom de meu discurso, que é sobre o ensino em Brasília. Mas sempre fui um defensor desta cidade. Mudei para aqui com minha família, com 13 filhos, o que não é brincadeira para ninguém, quando a capital para aqui se transferiu. Vivi, eduquei e formei filhos em Brasília, defendendo Brasília. So não vive em Brasília quem não quer; só não vive em Brasília quem quer frequentar buates e diversões. Brasília tem condições de vida. O que há, Exa., é que desde Jânio Quadros, substituído pelo Sr. João Goulart, ninguém auxiliou Brasília. Todo mundo só cuida de demagogia. Ora, qualquer plantazinha precisa de água, precisa de adubo. Brasília foi abandonada e está sendo prejudicada em todos os setores, mormente no setor de ensino. Por isso, pediria a V. Exa. não desbordasse o assunto, nem me levasse para outro tema, aproveitando-se de minha simpatia e da defesa calorosa que faço de Brasília. Porque há assuntos graves de que todos devemos tomar conta. Se não os nossos filhos vão continuar analfabetos ou ficar semi-analfabetizados, o que é pior: esses homens que fêem por cima, que incendiam o Brasil, porque não compreendem a natureza das coisas.

É preciso que cada um de nós faça um pouco para combater o que está havendo. Sou professor com quase 30 anos de magistério, tenho prática. Também na qualidade de pai de 13 filhos, tenho prática e sinto o que se faz aos meus filhos, aos filhos dos Deputados, aos filhos dos funcionários ou de humildes operários que não têm onde estudar, porque são obrigados a pedir transferência para outras escolas. Um Deputado pode pagar ao Colégio Marista, ou ao Salesiano, cinco mil cruzeiros por mês. Um funcionário pode pagar cinco mil cruzeiros por mês mas, pode um pobre operário que ganha 21 mil cruzeiros por mês pagar cinco mil de colégio particular em Brasília? Não pode.

Fiz vários requerimentos aqui, ano passado, querendo saber o número de matrículas, o total das transferências, o total das aprovações, e não tive resposta. Porque as reprovações são em massa. As reprovações no ensino oficial em Brasília são de envergonhar. Não há aproveitamento. Há muita demagogia. Os professores ficam provocando greves. São os professores que fazem greve ou quando que os alunos vão para a televisão e dizem que eles são contra a greve. Mas os professores usam os veículos da Fundação Educacional, autorizados pelo Secretário, vão para a rua espalhar boletins. E mais: o Presidente do Sindicato Comunista de Brasília, Sr. Prof. Fábio Bruno, chegou quase a agredir, sacudiu, insultou um aluno, Sérgio Gutemberg, porque ele se opôs a atender a ordem de tomar parte na greve que não partiu dos alunos, mas dos professores, que queriam apenas agitação.

Há, em Brasília, uma Associação Profissional de Professores Primários e Secundários dominada inteiramente pelos comunistas. Em contraposição, os mestres democráticos fundaram a Associação Profissional dos Professores Secundários de Brasília.

Pois, Srs. Deputados, o Sr. Secretário entregou os instrumentos de domínio à associação comunista, e é esta associação comunista que distribui os apartamentos no Hotel do Lago aos professores — são mais de 100 apartamentos — e esta associação que distribui as casas do BNDE, e esta associação que indica os que devem ocupar os postos de mando. E são demitidos, e são expulsos das casas, e são pressionados os professores que não concordam com a orientação comunista.

Esses fatos precisam ser denunciados, porque toda gente aparece com cara de democrata. Ninguém é comunista, Srs. Deputados.

Há muito tempo, Srs. Deputados, ninguém é comunista nesta terra. Um é nacionalista, outro esquerdista, outro verde-amarelo, outro cor-de-rosa, outro patriota. Ninguém dá o nome verdadeiro. Quando vejo um cachorro, se está dentro d'água, se tem cara de jacaré, se tem rabo de jacaré, concluo que só pode ser jacaré.

Nesta terra, até as prostitutas já não são chamadas prostitutas: são respeitadas. Então, pensa-se que é insulto chamar um homem de comunista. Quando me refiro a um homem como comunista, faço-o porque tem concepção materialista da vida, diferente da que defendo. Não o condeno, porque tenho amigos comunistas, que recebo na minha casa, à minha mesa e nos quais reconhecerei as intenções. Nunca persegui comunistas, mas combato-os em todos os terrenos, porque possuem concepção diferente da cristã, que deve ordenar a vida de uma nacionalidade cristã como a nossa.

É preciso desmarcar essa mentira, porque os lobos, mais uma vez, não se apresentam com pele de lobo e sim com pele de cordeiro.

O Sr. V. Exa. terminar o aparte e peço desculpe-me havê-lo interrompido. Mas é que preciso falar aquilo que venho falar, e se V. Exa. se estenderem nos apartes, acabo não dando recado a esta Casa, e esta Casa e o Brasil inteiro precisam saber: estão apodrecendo a alma do Brasil aqui em Brasília hoje condenada por muitos, mas amanhã será o vilão do Brasil. Quem dominar hoje, amanhã será o dominador. E eles estão comimando tudo. E não se trata mais de infiltração comunista no ensino em Brasília; trata-se da necessidade da infiltração democrática no ensino em Brasília.

O Sr. Padre Vidigal — Inclusive no Governo.

O Sr. Floriano Rubim — V. Exa. diz que quem quiser morar em Brasília viverá bem que Brasília oferece todas as condições de habitabilidade...

O SR. ABEL RAFAEL — Não quero entrar nesta questão; quero cuidar só da parte do ensino hoje.

O Sr. Floriano Rubim — Eu também não, mas quero discordar em parte de V. Exa., porque estou há dois meses em Brasília e ainda não tenho apartamento para morar. Não tenho coragem de trazer a família e os filhos.

O SR. ABEL RAFAEL — Ninguém dá dinheiro para construir coisa alguma! Há muito tempo que o Governo abandonou Brasília, onde não se aplica nenhum novo investimento.

O Sr. Floriano Rubim — Não há colégios para os meus filhos, e para a maior parte dos filhos dos Srs. Deputados. Este, um aspecto. Quanto a dizer que a Fundação está entregue aos comunistas, eles estão estimulados por outros comunistas que comem na mesa do Presidente da República; que frequentam os gabinete dos Ministros, pessoas gratas que são das mais altas autoridades desta Nação.

O SR. ABEL RAFAEL — É uma verdade.

O Sr. Floriano Rubim — Não é surpresa para mim tê-los aqui na Fundação Educacional de Brasília, porque comem, repito, na mesa do Sr. Presidente da República. Essas infiltrações em todas as repartições são contra o comunismo logo somos chamados de reacionários. Mas tenho uma existência inteira dedicada ao combate ao comunismo, e não sou reacionário. (Muito bem. Muito bem. Palmas) Aceito o socialismo, mas não admito que os comunistas se venham infiltrando maciçamente e vão penetrar até nos palácios, ditar ordens e assessorar o Presidente da República e as mais altas autoridades da Nação. Não é surpresa para mim, portanto, que eles dominem, como estão dominando e como V. Exa. acaba de afir-

mar, a educação e a instrução em Brasília.

O SR. ABEL RAFAEL — Agradeço o aparte de V. Exa. mas peço aos nobres colegas a fineza de observarem que só disponho de 15 minutos para terminar meu discurso.

Ouçõ o nobre Deputado Cunha Bueno.

O Sr. Cunha Bueno — Desejo felicitar V. Exa. pela oportunidade do discurso que profere nesta Casa alertando os ilustres membros do Parlamento e a opinião pública com respeito ao grave problema da comunização do ensino em Brasília. Aliás, quero declarar a V. Exa. que alguns professores que aqui se encontram, originários do Estado que represento nesta Casa, já me haviam solicitado a atenção para este problema e deverei dentro em breve responder a um relatório sobre o assunto. Nessa oportunidade quero também, como V. Exa. faz agora, corajosamente, denunciar este fato à Nação.

O SR. ABEL RAFAEL — Muito obrigado.

O Sr. Cunha Bueno — V. Exa. diz que Brasília está abandonada. Realmente, se percorrermos as ruas desta Capital, poderemos notar que o poder público está ausente da vida de Brasília. Entretanto quero lembrar a V. Exa. que se isto constitui sério grave no terreno material tudo poderá ser recuperado, mas essa geração de hoje que está sendo instruída em Brasília dentro da ideologia comunista estará praticamente perdida para toda existência do Brasil democrático em que vivemos. Parabéns a V. Exa.

O SR. ABEL RAFAEL — Muito obrigado a V. Exa. Peço aos nobres colegas a fineza de não apartarem e esperarem um momento, porque ainda não dispus as linhas gerais do meu discurso. E agora não podendo proferir a minha oração e faizam menos de quinze minutos.

O Sr. Sérgio Magalhães — Quería apartar precisamente sobre o que V. Exa. disse, porque o nobre colega está fazendo uma acusação.

O SR. ABEL RAFAEL — Mas ainda não disse os nomes e preciso fazê-lo para que os nobres colegas vejam que não estou escondendo o rosto. Por enquanto só sei os nomes de duas pessoas.

E preciso dizer o Sr. Eliazar Rosa entregou com medo de enfrentar a reação — sou reacionário, graças a Deus, porque é útil e necessário e aprendi isso no catecismo católico — todo o domínio do ensino ao Professor Fábio Bruno, e nomeou para Diretor do Elefante "Vermelho" que não é mais Branco, D. Alda Batista, que tem servido de bumbo de tudo quanto é mancha — embora não seja comunista — para perseguir os pobres professores.

O CASEB está entregue a Dorato Cavalcanti, elemento comunista, que usa esse Centro de Ensino para disseminar sua ideologia e para perseguir os colegas. O Departamento de Línguas está entregue a Dona Acaberg Pessoa de Luiva professora que o mesmo Eliazar Rosa foi obrigado a demitir por ser comunista, em virtude de denúncia desta Casa, do Senado e de pressões de toda a ordem. Ela estava infectando o ensino.

No Departamento de Ciências está o Sr. Eldomar Pimentel que foi o primeiro Presidente da Associação Comunista de Professores, o Departamento de Ciências Sociais está entregue ao mesmo Fábio Bruno, presidente da associação comunista; o Departamento de Ensino Médio está entregue a D. Lucy Coimbra, que não é comunista, que se diz católica, mas ajuda a perseguir tudo quanto é professor, pondo na rua hostes e antigos, registrados, admitindo meninos que mal fizeram o vestibular na Universidade de Brasília, que não têm experiência pedagógica nem conhecimento nem registro de professor.

Professores que chegam do interior são admitidos, mas aqueles que aguentaram o ensino noturno, os horistas que aqui estão há 3 anos são demitidos por pressão política.

Poderia contar, ainda, inúmeros casos, se tivesse tempo. Ouço, no entanto, o aparte do nobre colega Sérgio Magalhães.

O Sr. Sérgio Magalhães — Ninguém nesta Casa duvida da honestidade de V. Exa. homem de posição ideológica definida. Acontece, porém, que existe uma indústria do anticomunismo.

O SR. ABEL RAFAEL — Não a faço, nunca a fiz.

O Sr. Sérgio Magalhães — Há muita levandade em se fazer acusação de comunista a aqueles que defendem teses como a da emancipação econômica, da independência da política externa, a da lei de remessa de lucros.

O SR. ABEL RAFAEL — Votei ao lado de V. Exa. na Lei de Remessa de Lucros, portanto, sou insuspeito.

O Sr. Sérgio Magalhães — V. Exa. sabe que os que defendem essas teses são taxados de comunistas. Assim, desejo de V. Exa. que nos explique o critério ou os atos que os levaram a considerar como comunistas as pessoas cujos nomes está citando da tribuna.

O SR. ABEL RAFAEL — Fico muito grato a V. Exa. por esta oportunidade e já vou lá.

O Sr. Sérgio Magalhães — Por outro lado, V. Exa. recolheu o aparte de um nobre Deputado pelo Estado do Espírito Santo que dizia que o governo estava infiltrado de comunistas, que havia comunistas até dentro da própria residência do Sr. Presidente da República.

O SR. ABEL RAFAEL — E' outra teve na qual posso entrar em oportunidade diferente.

O Sr. Sérgio Magalhães — V. Exa. sabe que esta acusação também foi feita, lá nos Estados Unidos pelo Embaixador norte-americano, no Brasil.

O SR. ABEL RAFAEL — A esse respeito já fiz acusações nesta Casa.

O Sr. Sérgio Magalhães — ... e S. Exa. não indicou os nomes nem os fatos que a fundamentassem. O que observamos, nobre Deputado, é que as democracias estáveis não existe essa indústria do anticomunismo. Os comunistas, nas democracias estáveis têm o direito a possuir o seu partido político. Por que razão, então, não se permitir o funcionamento do partido comunista? Assim se saberá que quem dele fizer parte naturalmente é comunista.

O SR. ABEL RAFAEL — Permissão de dar a resposta.

O Sr. Sérgio Magalhães — Não se admite é essa mistificação de não se concederem direitos políticos aos comunistas para se chamar de comunista todo cidadão brasileiro que ataca os monopólios, a escravização do povo brasileiro, que defende uma posição de independência, que pretende acabar com essa exploração da sua vida constante do custo de vida, que defende uma política segura em toda a parte do mundo.

O SR. ABEL RAFAEL — Nobre colega tenho só 5 minutos. Responderei agora a V. Exa.

O Sr. Sérgio Magalhães — V. Exa. homem honesto, que tem posição ideológica definida.

O SR. ABEL RAFAEL — São duas filosofias em luta.

O Sr. Sérgio Magalhães — ... deve trazer à tribuna esse esclarecimento para acabar com essas mistificações feitas por homens que ontem defendiam a Constituição brasileira a livre manifestação do pensamento, e hoje ferem a Carta Magna, fazendo perseguições políticas.

O SR. ABEL RAFAEL — Muito obrigado. Já que V. Exa. me ofereceu oportunidade, vou dizer: há duas concepções em luta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Pedro) — A Mesa chama a atenção do nobre orador, para avisá-lo de que restam seis minutos de seu tempo.

O SR. ABEL RAFAEL — Sr. Presidente, não posso mais conceder apurtes. Peço desculpas aos nobres colegas, mas preciso terminar o discurso. Em qualquer outra oportunidade, tendo tempo, estarei nesta Casa à disposição de todos os colegas.

Sr. Presidente, há duas concepções em luta no mundo e no Brasil há muitos anos: uma materialista e outra espiritualista. Os materialistas lutam contra a idéia de Deus, e porque lutam contra esta idéia, lutam contra a propriedade privada, o fundamento da liberdade. Dos direitos naturais, a pessoa humano não pode abdicar; principalmente a liberdade e a propriedade. Há outros direitos mais, a que os materialistas se referem de passagem. Toda a vez que vejo um homem tentar levar ao domínio do Estado, além das coisas substanciais necessárias à defesa nacional, todos os outros elementos e serviços, Estabelecendo tudo, devo concluir que esse elemento está professando tipicamente uma filosofia materialista, tentando subordinar tudo ao Estado. Isto é fascismo isto é totalitarismo. Como dizia Mussolini, "nada fora do Estado, nada sem o Estado; o Estado é a cúpula, absorve o homem. Deus criou o homem para viver em sociedade; e o homem criou a sociedade, o governo e o Estado para servir à sua dignidade, à sua família e não para que o oprima e a sua família. E todo aquele que quer instituir um tipo de sociedade em que o Governo é o grande opressor, o limitador da propriedade, o dono de tudo, o único patrão, o que põe e dispõe este é o tipo de civilização materialista, contra a qual combato. Por isso, todo aquele que defende essa estatização está tipicamente, e finalmente, defendendo uma civilização materialista. Ora, se não é verme, não é de rosa, ou está no limite. Temos de distinguir o Estado que é organizado pelo homem para favorecer o homem e sua família, que exerce apenas função de equilíbrio nas coisas essenciais e necessárias à defesa do homem na sociedade. O Estado pode controlar e dominar, mas as coisas gerais deve deixar à iniciativa privada. Exerce apenas função de estabilizador da sociedade, intervindo quando acaba o equilíbrio e voltando à posição de magistrado quando o equilíbrio se restabelece. Toda vez que um político defende uma linha diferente desta essa linha é totalitária, é fascista, é nazista e é a minha linha. Ontem me chamaram de nazi-fascista nesta Casa. Nunca o fui. Entrei para o integralismo aos 20 anos de idade, nessa época levantei este deus em todas as praças públicas em que pude falar, enfrentei tudo. Deputados, cujo nome posso citar, que nesta Casa falavam em democracia levaram os comunistas a assassinar companheiros meus. Não sou totalitário. Enquanto Frei Orlando morria na Itália tendo doído da batina a camisa verde, enquanto o Comandante Macedo Soares patrulhava as costas do Atlântico e Roosevelt apertou sua mão como a de um defensor do Atlântico; enquanto o Chefe do nosso Exército na Itália, Zenóbio da Costa, outro integralista, lutava, enquanto nós morríamos nos campos da Itália, aqui os comunistas, apolando a aliança, da Rússia com a Alemanha ligados com o nazi-fascismo, nos chamavam de Quinta Coluna. Os políticos que nos usaram para subir ao poder quando nós não mais servíamos para eles nos taxaram de nazi-fascistas, aos mesmos que, nas vésperas de sua eleição eram denominados exemplos de Moralidade pública e estelios da democracia.

Infeliz Pátria que nem memória tem. Oh homens sem consciência política!

Por isto luto pela escola livre, de professes cultos, que ensinam os homens a racinar para que juntem as idéias e delas tirem uma conclusão. O raciocínio é como uma verdadeira que dá em madeira dura; val, negra e torce e a madeira cede. Este

raciocínio do homem livre e não de quem é escravo, de quem é bitolado por uma doutrina totalitária, pelo nazi-fascismo-comunista. Não pretendo designar nome de quem quer que seja. Devo, porém, afirmar que hoje há as linhas intermediárias. Uns não chegaram até lá. Hoje vejo até católicos-comunistas, a maior besteira que posso imaginar. Conheço de cor e salteado a doutrina na qual nasci, doutrina da Santa Sé. Portanto, não necessito que ninguém na ensine ou a traduza. Sei que isto não é possível existir. Há outros que adotam a doutrina de "cór-de-rosa", sejam os Srs. Deputados que nos estabelecimentos oficiais de Brasília não se canta o Hino Nacional. No entanto, há uma Portaria que determina essa prática. O Diretor da Escola porém, na segunda-feira diz que não manda cantar o Hino Nacional porque não quer balbúrdia. Não há ensino religioso nos órgãos oficiais de Brasília. Sempre há um impedimento e os horários são entresados para prejudicá-lo. Os protestantes e católicos não podem professar suas doutrinas. Isto é liberdade? Isto é uma democracia? Não, em tudo isto há o dedo comunista.

Srs. Deputados, muitos podem não concordar comigo, muitos não se importam que seus filhos sejam comunistas machão de se importar se eles permanecerem analfabetos. Só no ano passado o teor de reprovação foi assustador. Não tiveram ainda a coragem de mandar resposta a um requerimento de informações de minha autoria sobre este assunto. Minha comissão de Inquirição para comprovar as minhas denúncias. Devo afirmar que não pretendo perseguir nenhum comunista pelo fato de ser.

Mas não podemos permitir que eles envenenem a alma dos nossos filhos. Envenenem, não; apodreçam a alma dos nossos filhos. Que V. Exa. seja comunista, vá lá. Tem raciocínio, tem idade, podem escolher. Mas uma criança indefesa! Indicam até uma cartilha, que foi agora recolhida esperando que cesse a onda, em que citam — trecho de leitura do menino ao ser alfabetizado — "O Deputado mora em palácios, o pobre mora em choupana, o Deputado anda de automóvel etc. etc." Isto é verdade. Não dizem que o pobre tem possibilidade de chegar até aqui. Não nasci Deputado. Ninguém nasceu deputado. Fui empregado de comércio, trabalhei de dia e estudei de noite. Tenho três títulos conquistados à luz das velas, trabalhando! Meu pai era pobre. Cheguei aqui e outros podem chegar. Não devemos querer um Estado que de tudo o que seria sempre impraticável. Vejamos o caso presente: Esse Estado que ai se encontra — através dos órgãos públicos que superintendem o ensino — não consegue dar a nossos filhos a instrução adequada. Se não tivéssemos as escolas particulares, se o ensino fosse estatizado, não educaríamos nossos filhos.

Sr. Presidente, meu tempo terminou. Lamento não poder dar apurtes que sei enriqueceriam este discurso, que não é meu, mas dos pais em Brasília. Não é um Deputado que está falando, mas um pai que levanta o desejo dos pais em Brasília. Tirei meus filhos, com exceção de um — tenho treze — de órgãos oficiais e pulos em colégios particulares. Nunca tive filhos reprovados, e fui três nos meus órgãos oficiais. Os professores: só fazem "gazeta", não dão horários, fazem greves, não auxiliam os alunos. E, suprema vergonha: a Escola Parana o aluno, coisa que os construtores de Brasília fizeram com carinho, noutro dia cederam-na a uma combu-

...sua de teatro. Porventura foi o beicanto? Porventura para uma companhia de amadores de operetas? Porventura para alguma coisa inocente? Para uma simfonia? Não, Srs. Deputados: para uma companhia de teatro de nudismo do Rio de Janeiro! Uma companhia só para velhos-angas e inocidade transviada. E vimos passar aqui, na Escola das crianças, "o Xique-xique no Pixoxô" (riso). Retratos de mulheres despidas, de roupas nuas ficaram expostos na entrada da Escola Parque. E os filhos de V. Exs. e os filhas dos operários pararam e foram ver que espetáculo davam na sua Escola. Ficaram, naturalmente, edificadas... E todos chegaram a suas casas perguntando nos pais que espécie de "escola nova" era aquela que queriam instituir em Brasília. Que nova pedagogia era aquela!

Assim se apresenta a alma de uma nação apodrecendo a alma de uma criança. Srs. Deputados, é preciso uma providência. Eu podia falar o dia inteiro: trouxe relatórios e documentos. A Fundação Educacional não tem culpa. Diretores da estrutura moral de um Júlio Sampaqui, Monteiro Filho, Julimar Nunes Leal, Alvaro Campos renunciaram, denunciando o Secretário como conveniente com a horda de destruidores do ensino; renunciaram para não compactuar com esta obra.

Como todos nós aqui temos filho, apelo para os Srs. Deputadas a fim que, cada um no seu setor, mesmo os mais revolucionários mesmo os que querem incendiar lá fora reajam aqui e não permitam se incendiar a alma inocente das crianças. *(Muito bem)!* *Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado!*

Durante o discurso do Sr. Abel Rafael o Sr. Aniz Badra, 3.º Secretário, que é ocupada pelo Senhor Ranieri Mazzilli, Presidente

O SR. PRESIDENTE:
Tem a palavra o Sr. Valério Magalhães *(Pausa)* Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Leonel Brizzola.

O SR. LEONEL BRIZZOLA PROFERIU DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE

O SR. PRESIDENTE:
Está findo o tempo destinado ao expediente.

Val-se passar à Ordem do Dia.

Comparecem mais os Srs.:
Ranieri Mazzilli,
Cid Carvalho,
Henrique La Rocque,
Valério Magalhães,
Clemens Sampaio

Acre
Altino Machado — PTB
Armando Leite — PSD
Ruy Lino — PTB

Amazonas
João Veiga — PTB
José Esteves — PTB
Manoel Barbuosa — PTB
Paulo Coelho — PTB
Vieira Passos — PTB

Pará
Jodo Menezes — PSD
Sílvio Braga — PSP
Sílvio Maroja — PSP

Maranhão
Mário Ribeiro — PSD
José Burnett — PSD
José Sarney — UDN
Luiz Coelho — PSD
Lister Caldas — PSD
Mateo Carvalho — PSD

Paraíba
Chagas Rodrigues — PTB
Gayoso e Almendro — PSD
Joaquim Olímpio — PTB
Moura Santos — PSD

Ceará
Achalui Barreto — PTB
Antônio Jucá — PTB
Cares Pontes — PTB
Raul Carneiro — PTB

Rio Grande do Norte
Alcino Bezerra — PSD
Aristofanes Fernandes — PDC
Ribeiro Coutinho — PDC
Vinyl Rotado — PTB

Paraná
Javani Carneiro — PSD
Luiz Brumado — UDN
Milton Cabral — PTB

Pernambuco
Aécio Jurema — PSD
Artur Lima — PTB
Augusto Novas — UDN
Costa Cavalcanti — UDN
Heráclio Rêzo — PTB
Lamartine Tavora — PTB
Nilo Coelho — PSD
Souto Maior — PTB

Alagoas
Aloysio Nond — PTB
Ary Fonto — PTB
Osmano Carneal — UDN

Sergipe
Eucides Mendonça — UDN
Leurival Batista — UDN
José Carlos Teixeira — PSD

Bahia
Alopio de Castro — PSD
Egárd Pereira — PSD
Clemens Sampaio — PTB
Fernando Santana — PSD
Helo Ramos — PSD
Henrique Lima — PSD
Hermogenes Príncipe — PSD
Luiz Viana — PL
Manoel Novais — PTB
Manoel Cabral — PTB
Ney Novas — PTB
Raimundo Brito — PTB
Rgis Pacheco — PSD
Tendulo de Albuquerque — PTB
Tourinho Dantas — UDN
Vasco Filho — UDN
Vieira de Melo — PSD
Wilson Falcão — UDN

Espirito Santo
Dirceu Cardoso — PSD
Florianio Rubim — PTN
Ramon Oliveira Netto — PTB

Rio de Janeiro
Bocayuva Cunha — PTB
Getúlio Moura — PSD
Heli Ribeiro — PTB
Raymundo Padilha — UDN
Roberto Saturnino — PSE

Guanabara
Altomar Salceiro — UDN
Amaral Neto — UDN
Arnaldo Nogueira — UDN
Benjamin Farah — PTB
Breno da Silveira — PTB
Carosco de Menezes — UDN
Chagas Freitas — PSD
Eloí Dutra — PTB
Garcia Filho — PTB
Hamilton Nogueira — UDN
Jamil Amiden — PTB
Leonel Brizzola — PTB
Marco Antônio — PST
Sérgio Magalhães — PTB

Minas Gerais
Amintas de Barros — PSD
Aquiles Diniz — PTB
Austregesilo de Menezes — PTB
Bento Gonçalves — PSP
Carlos Murilo — PSD
Celso Murta — PSD
Francelino Pereira — UDN

São Paulo
Alceu de Carvalho — PTB
Antônio Feliciano — PSD
Basilio Ramos — PTB
Carvalho Sobrinho — PSP
Celso Amaral — PTB
Eraldo Pinto — MTR
Geraldo de Barros — PSP
Harry Normato — PSP
Hélio Maghenizani — PTB
Herbert Levy — UDN
Ivete Vargas — PTB
Jose Menck — PDC
Lino Borgetti — PRT
Maurício Goulart — PTN
Paulo Mansur — PTB
Paulo de Tarso — PDC
Pínlho Saizaco — PRP
Rubens Paiva — PTB
Sussumu Hirata — UDN
Yukshigue Tamura — PSD
Waldemar Fessca — MTR

Goiás
Anisio Rocha — PSD
Benedito Vaz — PSD
Castro Costa — PSD
Emival Calado — UDN
Geraldo de Pina — PSD
Haroldo Duarte — PTB
José Freire — PSD
Peixoto da Silveira — PSD
Rezendo Monteiro — PTB

Mato Grosso
Force de Arruda — PSD
Rachid Mamed — PSD

Paraná
Antônio Baby — PTB
Emílio Gomes — PDC
Hermes Maceo — UDN
Ivan Luz — PRP
João Ribeiro — PSD
Lyrio Bertolli — PSD
Minor Miyamoto — PDC
Newton Carneiro — UDN
Paulo Montans — PSD
Pínlho Costa — PSD
Rafael Rezende — PSD
Renato Celidônio — PTB
Zacharias Scheme — UDN

Santa Catarina
Albino Zeni — UDN
Alvaro Catho — UDN
Antônio Almeida — PSD
Aroldo Carvalho — UDN
Carneiro de Loyola — UDN
Lenoir Vargas — PSD
Orlando Bertoli — PSD

Rio Grande do Sul
Brilo Velho — PL
Cid Fardado — PDC
Clay de Araújo — PTB
Giordano Alves — PTB
Jairo Brum — MTR
Ortiz Borges — PTB
Rubert Alves — PTB
Tasso Dutra — PSD
Zaire Nunes — PTB

Amapá
Janary Tuzas — PSP

Rorônia
Renato Medeiros — PTB — 171

VI — ORDEM DO DIA
O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 315 Srs. Deputados. Val-se proceder à votação da matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. FLOY FUTRA:
Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar projeto.

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE:
O SR. FLOY DUTRA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, encaminho à Mesa projeto complementando e disciplinando a indústria de laticínio no território nacional.

Occupo a tribuna oportunamente, no Grande Expediente, para apresentar sua justificativa. *(Muito bem)*

O SR. MARIO TAMBORINDEGUY:
(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, encaminho à Mesa dois projetos: o primeiro visando a conceder recursos para a conservação e manutenção do Hospital Antônio Pedro; e o segundo, visando a incluir no Plano Rodoviário Nacional a ligação Tabuaçu (BR-91) — Sarandi (BR-92). *(Muito bem)*

O SR. BRENO DA SILVEIRA:
(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, encaminho à Mesa projeto que dispõe sobre licenciamento e transferência de automóveis de passeio e de carga e dá outras providências. Debaterá da tribuna, posteriormente, o assunto. *(Muito bem)*

Votação do requerimento nº 25 de 1963, convocando o Sr. Ministro sem Pasta para Assuntos Administrativos, Ernani do Amaral Peixoto a fim de prestar informações sobre a Reforma Administrativa — (Do Sr. Arnaldo Nogueira)

O SR. PRESIDENTE:
Tem a palavra o Sr. Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN:
(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, considero oportuna e louvável a iniciativa do eminente colega Arnaldo Nogueira em convocar o Ministro Ernani do Amaral Peixoto para prestar informações a esta Casa sobre o Plano de Reformas Administrativas.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais do que nunca se faz necessário o debate de todos os problemas relacionados com as reformas de base, tantas vezes preconizadas nesta tribuna. Nós, conforme tivemos oportunidade de acentuar nesta Casa, figuramos também ao lado de todos aqueles que lutam por essas reformas reclamadas pelo povo. Entre estas a primeira, que consideramos uma das mais essenciais e das mais necessárias, cito a reforma da lei eleitoral. Preclamamos eliminar a criminosa influência do poder econômico nas eleições, precisamos trabalhar no sentido de fazer com que dentro desta Casa do povo, venham os autênticos representantes do povo, daquele povo que vive à margem de todos os benefícios da civilização, daquele povo que vive na planície, daquele povo que vive esquecido.

De acordo com a lei eleitoral vigente, muitas vezes são conduzidos e reconduzidos para dentro desta Casa autênticos reacionários, homens que representam aqueles grupos econômicos que estão a serviço da espoliação do Brasil, elementos que não têm identidade com o nosso povo, que a rigor não representam partidos, mas apenas "determinados grupos e firmas, estão a serviço da espoliação do povo brasileiro.

Estamos também ao lado daqueles que preconizam a presente necessidade